ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PARAIBANO: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO DISTRITO DE BARREIRAS, CARAÚBAS/PB

Anuska Virginio de Brito [1]
Dr. Luciano Guimarães de Andrade [2]

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Semiárido brasileiro tem enfrentado um processo crescente de degradação ambiental, impulsionado pelo uso inadequado dos recursos naturais, pela exploração desordenada do solo e pelo avanço da desertificação. Essa realidade compromete não apenas o equilíbrio ecológico da região, mas também as condições de vida das populações locais, que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Diante desse cenário, a Educação Ambiental (EA) emerge como um instrumento essencial de transformação social, pois busca promover a conscientização e o engajamento das comunidades na construção de práticas sustentáveis e na preservação do meio ambiente. A escola, por sua vez, configura-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas ações, uma vez que possibilita articular o conhecimento científico, os saberes locais e a realidade vivenciada pelos estudantes.

Entretanto, em muitas instituições de ensino, a abordagem das questões ambientais ainda ocorre de maneira fragmentada e descontextualizada, limitando-se, por vezes, ao cumprimento de conteúdos curriculares, sem estabelecer uma conexão efetiva entre ambiente, sociedade e prática pedagógica. Tal realidade demonstra a necessidade de repensar metodologias e estratégias de ensino, de modo que a Educação Ambiental seja integrada ao cotidiano escolar de forma crítica e transformadora.

No município de Caraúbas/PB, localizado no Cariri paraibano e inserido no contexto do Semiárido, essa discussão torna-se particularmente relevante. A região

[1] Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, anuska.brito27@gmail.com;
[2] Professor orientador: Doutor, UEPB/ Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lucianoguimaraes1109@gmail.com

apresenta baixa pluviosidade, temperaturas elevadas e problemas relacionados às ações antrópicas, como o desmatamento, as queimadas e o manejo inadequado do solo, que contribuem para a degradação da Caatinga e para o comprometimento da qualidade ambiental.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo também está relacionada à minha vivência no território do Cariri paraibano, cujos desafios socioambientais despertaram o interesse em compreender como a escola pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento e a responsabilidade dos estudantes em relação ao lugar onde vivem. Compreende-se que a Educação Ambiental, quando contextualizada, pode estabelecer uma aproximação entre o conhecimento acadêmico e a realidade local, formando cidadãos críticos e comprometidos com a sustentabilidade.

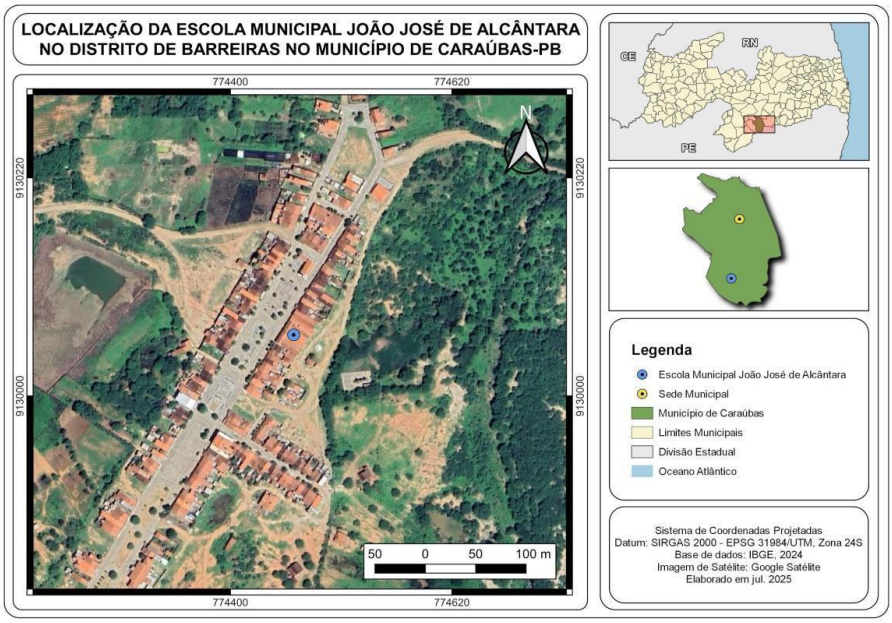
Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as práticas de Educação Ambiental desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João José de Alcântara, verificando de que forma essas ações contribuem para a conscientização ambiental e a promoção da sustentabilidade no Semiárido paraibano. Como objetivos específicos, buscou-se avaliar a abordagem pedagógica utilizada na escola, investigar as percepções docentes sobre as práticas educativas e propor recomendações para o aprimoramento das estratégias de Educação Ambiental adotadas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, buscando compreender as percepções, práticas e experiências dos educadores relacionadas à Educação Ambiental no cotidiano escolar. O estudo foi realizado no ano de 2024, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João José de Alcântara, localizada no Distrito de Barreiras, município de Caraúbas/PB, no Cariri paraibano. Como mostra a figura 1.

Figura 1 – Localização da EMEIF João José de Alcântara no município de Caraúbas/PB.

ISSN: 2358-8829



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

Figura 2 – Fachada da EMEIF João José de Alcântara, Distrito de Barreiras, Caraúbas/PB.



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

A escolha da instituição justifica-se por sua localização em um território diretamente relacionado aos desafios ambientais do Semiárido. O município apresenta características do clima semiárido quente, com temperaturas elevadas e precipitações irregulares. A vegetação predominante pertence ao domínio da Caatinga, que sofre pressões decorrentes da retirada da vegetação nativa, das práticas agrícolas inadequadas e do uso intensivo dos recursos naturais.

A escola atende estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, provenientes do Distrito de Barreiras e de sítios circunvizinhos. Em 2024, a instituição

contava com 176 alunos matriculados, distribuídos em dois turnos. A caracterização da unidade foi realizada por meio de documentos institucionais e observações no espaço escolar.

O percurso metodológico foi organizado em quatro etapas: (i) revisão bibliográfica e documental sobre Educação Ambiental, Semiárido, Caatinga e ensino de Geografia; (ii) caracterização do município e da instituição investigada; (iii) trabalho de campo, com aplicação presencial de questionário semiestruturado aos educadores, durante o mês de junho de 2024; e (iv) organização, análise e interpretação dos dados à luz do referencial teórico.

Participaram da pesquisa oito educadores, de diferentes áreas do conhecimento. O questionário contemplou questões objetivas e discursivas, abordando o perfil profissional dos participantes, suas concepções sobre Educação Ambiental e Semiárido, as práticas pedagógicas desenvolvidas, os desafios ambientais percebidos no território e o papel da escola na preservação da Caatinga. A participação ocorreu de forma voluntária.

Além dos questionários, foram consideradas observações realizadas no ambiente escolar, que contribuíram para relacionar as respostas dos educadores às dinâmicas vivenciadas na instituição. Os dados foram organizados em quadros e gráficos. Embora algumas informações tenham sido apresentadas por meio de percentuais, esses dados foram utilizados como apoio à análise qualitativa, centrada na interpretação das percepções e práticas relatadas pelos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental consolidou-se como um campo de discussão política, social e educacional diante do agravamento dos problemas ambientais e da necessidade de repensar a relação estabelecida entre sociedade e natureza. Conforme Reigota (1994), antes de definir a Educação Ambiental que se pretende desenvolver, é necessário compreender que a problemática ambiental não está relacionada apenas à quantidade de pessoas no planeta, mas também à forma como os recursos naturais são consumidos para atender às necessidades humanas. Desse modo, a EA não pode ser reduzida a ações de preservação da natureza, pois envolve escolhas, modos de produção, relações sociais e responsabilidades coletivas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e atribuiu ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Posteriormente, a Lei nº 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, definindo-a como componente essencial e permanente da educação nacional, a ser desenvolvida de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1988; BRASIL, 1999). Essa orientação reforça que a temática deve integrar o cotidiano escolar e o planejamento pedagógico, não ficando restrita a datas comemorativas ou atividades isoladas.

Nesse sentido, a Educação Ambiental exige continuidade, participação coletiva e articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Martins e Schnetzler (2018) ressaltam a importância da participação dos professores no debate e na construção de propostas capazes de enfrentar a crise ambiental, considerando tanto o papel educativo que desempenham quanto a influência exercida na comunidade. A formação docente, portanto, constitui uma condição importante para que as práticas ultrapassem abordagens fragmentadas e favoreçam uma leitura crítica das questões socioambientais.

No contexto do Semiárido paraibano, a Educação Ambiental precisa considerar as singularidades socioambientais, culturais e econômicas da região. Essa abordagem deve contribuir para uma compreensão crítica das relações entre sociedade e natureza, valorizando os saberes locais e tradicionais e favorecendo práticas de sustentabilidade e convivência com o ambiente. Batista, Silva e Linhares Filho (2016) destacam a necessidade de superar a visão negativa que associa o Semiárido exclusivamente à fome, à pobreza e à escassez, reconhecendo sua biodiversidade e diversidade cultural. Assim, compreender o território requer reconhecer suas potencialidades, suas formas de organização social e os conhecimentos construídos pelas populações que nele vivem.

A formação continuada dos professores constitui um elemento importante para superar práticas conservadoras e fragmentadas. Machado (2021) afirma que processos formativos fundamentados na reflexão e no trabalho coletivo favorecem uma compreensão mais ampla e integrada das questões sociais e ambientais. A autora destaca:

> [...] a formação dos professores, baseada em práticas reflexivas e de trabalho em equipe, ajuda a superar métodos conservadores e fragmentados. Dessa

> forma, ela promove uma compreensão mais ampla e integrada das questões sociais e ambientais (MACHADO, 2021, p. 221).

A Geografia contribui diretamente para esse processo ao estudar as relações entre sociedade e natureza e a construção do espaço geográfico. Para Cavalcanti (1998), o compromisso epistemológico e pedagógico da Geografia está relacionado à compreensão dessas relações e de suas transformações ao longo do tempo. Assim, conceitos como paisagem, território, região e lugar possibilitam analisar problemas como desmatamento, escassez hídrica, poluição, erosão e desertificação, relacionando-os às ações humanas e às condições de vida das populações. A autora afirma:

> O comprometimento da Geografia, do ponto de vista epistemológico e pedagógico, é compreender as relações entre sociedade e natureza, suas instabilidades e estabilidades, ao longo do processo de construção do espaço, seu objeto de estudo (CAVALCANTI, 1998, p. 24).

Portanto, uma Educação Ambiental contextualizada deve ultrapassar a abordagem exclusivamente naturalista e incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais dos problemas ambientais. No Semiárido, isso significa reconhecer as potencialidades do território, discutir as formas de apropriação dos recursos naturais e incentivar a participação das comunidades na construção de alternativas sustentáveis. Imbernón (2009) também chama atenção para a necessidade de romper com modelos lineares de formação e de reconhecer diferentes formas de ensinar, aprender e valorizar identidades e manifestações culturais:

> [...] que a educação e a formação do professorado devem romper essa forma de pensar que leva a analisar o progresso e a educação de um modo linear, sem permitir a integração de outras formas de ensinar, de aprender, de organizar-se, de ver outras identidades sociais, outras manifestações culturais e ouvir-se entre eles e ouvir outras vozes, marginalizadas ou não (IMBERNÓN, 2009, p. 14-15).

Nessa perspectiva, a educação precisa ser vista com outros olhos. Os métodos tradicionalistas devem ser analisados de uma maneira mais crítica, para que o ensino não

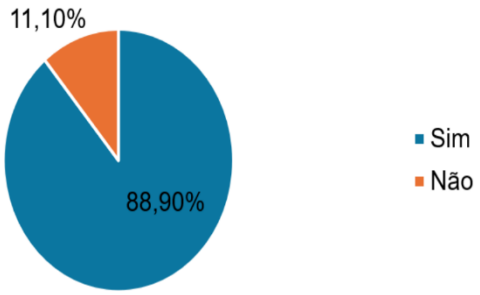
fique apenas pautado no currículo e em formações similares. Portanto, os professores devem planejar e executar suas aulas de maneiras mais dinâmicas e contextualizadas, a fim de que haja uma participação significativa dos estudantes dentro do ambiente escolar e na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada na EMEIF João José de Alcântara, localizada no Distrito de Barreiras, município de Caraúbas/PB, possibilitou compreender como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida no contexto escolar, considerando as percepções, experiências e práticas pedagógicas dos educadores. Os resultados foram obtidos por meio de questionários semiestruturados e observações realizadas durante a pesquisa de campo, em junho de 2024.

Inicialmente, identificou-se que a Educação Ambiental está presente nas práticas pedagógicas da maioria dos participantes. Conforme os dados levantados, 88,9% dos educadores afirmaram desenvolver atividades relacionadas à temática, enquanto 11,1% declararam não realizar esse tipo de abordagem (Gráfico 1). Entre as atividades mencionadas estão rodas de conversa, projetos interdisciplinares, pesquisas, produção de cartazes e folhetos, utilização de materiais recicláveis, análise de imagens e discussões sobre preservação ambiental.

Gráfico 1 – Desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental em sala de aula

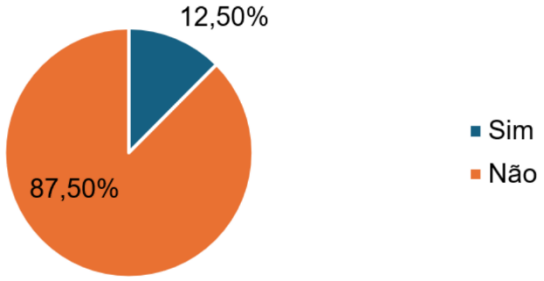


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Apesar da presença dessas atividades, os resultados revelam uma contradição importante entre a abordagem pedagógica e a efetividade da conscientização ambiental.

Quando questionados sobre a contribuição das práticas desenvolvidas para a compreensão dos desafios ambientais do Semiárido, 87,5% dos educadores consideraram insuficientes as abordagens realizadas pela escola, enquanto apenas 12,5% avaliaram que elas são suficientes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percepção dos educadores sobre a suficiência da Educação Ambiental na conscientização dos estudantes

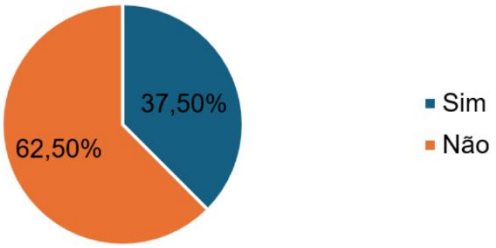


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Esse resultado evidencia que a realização de atividades sobre o meio ambiente não garante, isoladamente, a construção de uma consciência crítica e participativa. Embora os professores reconheçam a importância da temática, torna-se necessário fortalecer práticas contínuas, contextualizadas e relacionadas às experiências dos estudantes. Essa compreensão dialoga com Martins e Schnetzler (2018), ao destacarem a importância da participação docente na construção de propostas educativas voltadas ao enfrentamento dos problemas ambientais.

Outro aspecto relevante refere-se à existência de iniciativas sustentáveis no ambiente escolar, como hortas e programas de reciclagem. Nesse ponto, 62,5% dos participantes afirmaram que a escola não desenvolve projetos dessa natureza, enquanto 37,5% reconheceram a existência dessas iniciativas (Gráfico 3). Essa informação demonstra uma fragilidade na transformação dos conhecimentos discutidos em ações práticas e permanentes.

Gráfico 3 – Desenvolvimento de projetos sustentáveis no ambiente escolar



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No que diz respeito à compreensão dos educadores sobre a Educação Ambiental, as respostas evidenciaram uma associação predominante com conscientização, preservação, sustentabilidade e formação de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente. Entretanto, observou-se que algumas concepções ainda permanecem concentradas nos aspectos ecológicos, necessitando ampliar as discussões para as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais que envolvem a relação entre sociedade e natureza.

Quanto aos desafios ambientais enfrentados pelo Semiárido, os professores destacaram a degradação do solo, a desertificação, o desmatamento, as queimadas e a escassez de recursos hídricos. Também foram mencionadas a ausência de políticas públicas efetivas, a necessidade de programas de convivência com o Semiárido e a falta de conscientização da população. As respostas demonstram que os educadores reconhecem os problemas presentes no território e compreendem que a degradação ambiental está relacionada tanto às condições naturais quanto às intervenções humanas.

Outro dado importante é que 88,9% dos participantes afirmaram abordar a temática do Semiárido em suas aulas. As práticas relatadas incluem discussões sobre a Caatinga, preservação da vegetação nativa, uso consciente da água, reciclagem e sustentabilidade. Nesse sentido, Santos e Santos (2021) ressaltam que a abordagem da temática regional contribui para que os estudantes compreendam o Semiárido para além da ideia de escassez, reconhecendo suas potencialidades e possibilidades de convivência sustentável.

Por fim, os educadores atribuíram à escola um papel fundamental na preservação da Caatinga, destacando a necessidade de desenvolver projetos educativos que envolvam estudantes e comunidade. Dessa forma, os resultados apontam que, embora existam iniciativas e conhecimentos relacionados à Educação Ambiental na instituição, ainda são

necessários investimentos em formação continuada, planejamento interdisciplinar e projetos permanentes que articulem os conteúdos escolares à realidade socioambiental do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental no contexto escolar representa uma possibilidade importante para a formação de indivíduos com pensamento crítico e compreensão das relações entre sociedade e natureza. A partir dos questionários aplicados aos educadores da EMEIF João José de Alcântara e das observações realizadas no ambiente escolar, foi possível analisar as práticas desenvolvidas, as concepções docentes e os desafios relacionados à abordagem da temática no contexto do Semiárido paraibano.

Os resultados demonstraram que os educadores reconhecem a relevância da Educação Ambiental e relatam desenvolver atividades relacionadas à preservação, à sustentabilidade e à conscientização. Entretanto, as respostas também evidenciaram que a compreensão permanece, em sua maioria, centrada na dimensão ecológica, indicando fragilidades na incorporação das dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa constatação reforça a importância de processos formativos contínuos que contribuam para ampliar o olhar dos profissionais e fortalecer práticas interdisciplinares.

Também foi possível identificar uma contradição entre a valorização atribuída à Educação Ambiental e a realização de projetos permanentes de sustentabilidade na escola. Embora a maioria dos participantes afirme desenvolver atividades em sala de aula, parte significativa considera insuficiente a contribuição dessas ações para a conscientização dos estudantes e aponta a ausência de iniciativas como hortas escolares e programas de reciclagem. Portanto, é necessário avançar de atividades isoladas para propostas coletivas, planejadas e contínuas.

No que se refere ao Semiárido, os educadores reconhecem problemas como desertificação, desmatamento, queimadas, escassez hídrica e manejo inadequado do solo. Contudo, ainda predomina uma compreensão relacionada às características climáticas e à escassez, sendo necessário ampliar o reconhecimento da diversidade ambiental, cultural e social do território. A escola pode contribuir para essa mudança ao valorizar os saberes locais, problematizar estereótipos e relacionar os conteúdos curriculares às experiências da comunidade.

Diante dos resultados, considera-se importante fortalecer a formação continuada dos educadores, incentivar o planejamento interdisciplinar, desenvolver projetos permanentes de sustentabilidade, ampliar a participação dos estudantes e aproximar a escola da comunidade. Ações como hortas escolares, reaproveitamento de materiais, coleta seletiva, recuperação de áreas degradadas, estudos sobre a Caatinga e atividades voltadas ao uso consciente da água podem favorecer a articulação entre conhecimento e prática, desde que planejadas de acordo com a realidade da instituição.

Conclui-se que a EMEIF João José de Alcântara apresenta possibilidades significativas para o desenvolvimento da Educação Ambiental contextualizada, mas ainda necessita de iniciativas, incentivos e oportunidades que fortaleçam sua efetivação no cotidiano escolar. A construção de uma consciência ambiental crítica no Semiárido depende do compromisso coletivo, da valorização do território e de práticas educativas que reconheçam a relação entre natureza, sociedade e qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Semiárido. Caatinga. Cariri paraibano.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. S.; SILVA, A. H.; LINHARES FILHO, J. N. Por uma educação ambiental contextualizada no semiárido. In: VI Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, VI SETEPE, 2016, Campina Grande. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/26333. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado:** novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, M. G. **Educação ambiental crítica para a convivência com/no semiárido: o processo de formação continuada de docentes no município de São José dos Cordeiros-PB.** 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20937?locale=pt_BR. Acesso em:15 jan. 2026.

MARTINS, J. P. A.; SCHNETZLER, R. P. Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. **Ciência & Educação**, v. 24, n. 3, p. 581-598, 2018.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, R. R. O.; SANTOS, M. H. L. C. Ecopedagogia para a convivência com o Semiárido Brasileiro. **Revista Semiárido De Visu**, v. 9, n. 2, p. 165-177, 2021.